

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no edifício da sede da Junta de Freguesia, Largo Alexandre Herculano 20, na Lousã, reuniu a Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho em sessão ordinária nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º da Lei 73/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto UM: Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como a situação financeira;

Ponto DOIS: Discussão e votação da 1ª revisão Orçamental e PPI;

O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Feita a chamada, verificou - se a ausência de Hélder Martins do PSD e de Salomé Dias do PS. A Salomé Dias foi substituída por Fernanda Francisco. Não se registou a presença de público, pelo que o Presidente da Assembleia leu o requerimento enviado pelo Paulo Magro com o pedido de esclarecimento acerca dos ajustes constantes no texto da informação do Presidente, bem como a resposta ao mesmo entregue pelo Presidente da Junta. Ambos os documentos constituem anexos a esta ata. Paulo Magro aceitou o esclarecimento prestado. O Presidente da Mesa leu o ofício enviado pelo Rancho Folclórico Etnográfico de Vilarinho, convidando os presentes a participar nas festividades.

No ponto antes da ordem de trabalhos, Paulo Magro intervém solicitando alterações pontuais à ata da assembleia anterior, que foram aceites pela Mesa, pelo que a referida ata irá ser alterada. Dá os parabéns ao executivo da Junta, na pessoa do seu Presidente, pela atividade do passado dia vinte e três de junho. Os elementos da Assembleia de Freguesia presentes tiveram a oportunidade de conhecer as instalações e de perceber as limitações em termos de recursos humanos e mesmo de equipamentos que condicionam o trabalho da autarquia. Propõe a realização de cursos profissionais para operadores de máquinas já que deu para ter consciência de que é uma lacuna difícil de resolver. Louva também o almoço convívio em que estiveram presentes elementos da Assembleia, do executivo e os funcionários.

Filipe Amado questiona sobre o ponto de situação da desagregação das freguesias, perguntando se há novidades em relação a esse processo.

Carla Henriques questiona acerca do estado da estrada de acesso ao Trevim e ainda sobre a limpeza e manutenção de jardim na Quinta de S. Pedro, ao lado do Centro Pastoral.

Maria Francisco fala da requalificação feita na Rua Conselheiro Vicente Ferrer, que ficou com piores condições de segurança do que estava antes da obra porque não há qualquer ordenamento no estacionamento e os passeios estão ocupados por carros. Pergunta se poderá ser repensada outra solução. Acrescenta que na mesma rua há muitos moradores com quintais e jardins e que não têm local próprio para depositar os resíduos verdes pelo que os deixam nos contentores de resíduos domésticos. Pergunta se essa situação é legal e se haverá maneira de resolver a questão.

João Santos intervém para informar que o sinal rodoviário em falta na Rua Dr. Eugénio de Lemos já está colocado. Lembra ainda que, enquanto membros da Assembleia de Freguesia, todos têm que ter uma postura cívica consciente e tentar ver as questões com alguma ponderação e bom senso.

Respondendo, o Presidente da Junta, António Marçal, informou que o Governo e o Partido Socialista se tinham comprometido a entregar, no primeiro semestre deste ano, proposta de lei-quadro na Assembleia da República e que, tendo acesso a essa proposta a enviará aos membros da Assembleia de Freguesia. Mais informa que o designado «pacote legislativo» autárquico terá começado pelas questões da descentralização e pela lei das finanças locais, pelo que admite que os prazos possam derrapar. Acerca da estrada de acesso ao Trevim, informa que comunicou a situação à Câmara Municipal uma vez que a Junta de Freguesia não tem possibilidade de levar a cabo qualquer intervenção nessa via intermunicipal. É uma estrada interessante e acredita que a Câmara Municipal poderá conseguir fazer alguma intervenção dentro da reprogramação dos fundos comunitários se tal vier a abranger também para a rede viária. Adianta que a intervenção no espaço público é partilhada pela Junta e pela Câmara e que vai ver o que se passa com a situação do jardim. Em relação à recolha dos resíduos verdes, reconhece que não é fácil e que pensa que a Câmara já terá equacionado esta questão e que poderá ter solução no futuro centro de recolha no Alto do Padrão. Paulo Magro intervém para perguntar se a Câmara não poderá assegurar este serviço, tal como acontece com a recolha dos monos. O Presidente da Mesa, arquiteto Carlos Santos, lembra que o problema da Rua Conselheiro Vicente Ferrer foi discutido duas vezes em assembleia popular e que foi a população que escolheu este ordenamento. Neste seguimento, sugeriu fazer nova reunião para debater a possibilidade de haver uma outra solução.

Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

O Presidente da Junta, António Marçal, procedeu a uma breve explanação das diversas atividades promovidas pela Junta. Muito devido às condições atmosféricas desfavoráveis, tem sido dada prioridade à limpeza de vias, bermas e valetas, pelo que as obras previstas não estão a ser executadas para já. Acrescenta que as solicitações do dia-a-dia também acabam por reorientar os trabalhos programados. Lembra que vamos resistindo à aplicação de produtos fitofarmacêuticos por um questão de qualidade ambiental e de sustentabilidade do planeta.

Filipe Amado intervém afirmando que não haverá problema na aplicação de alguns produtos fitofarmacêuticos já que existem alguns que não são poluentes. O Presidente explica que as comunidades são muito resistentes à sua utilização e que espera ser possível conseguir uma freguesia verde e limpa, sem a utilização de químicos.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, Discussão e votação da 1ª revisão Orçamental e PPI

Inscreveu-se Paulo Magro para informar que o grupo do PSD aprova esta revisão. O Presidente informa que defende que o saldo de gerência deve ocorrer a meio do ano e depois da apresentação da prestação de contas. A aposta foi reforçar a verba para as limpezas em meio rural. Após estas intervenções, **este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.**

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa propôs a aprovação da ata em minuta, no que concerne às deliberações tomadas.

Colocada à votação a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e trinta minutos, sendo elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

Carlos Manuel de Jesus Santos



Tiago António Catela Henriques



Susana Maria Limpo Marçal



